

A identificação dos habitantes de Loulé no ocaso da Idade Média: estudo antroponímico

Miguel Augusto Luís

Universidade Nova de Lisboa

Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA/FCSH)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca5>

Resumo

O trabalho apresenta os pontos-chave da dissertação de mestrado do autor, dedicada ao estudo das práticas de nomeação da população cristã de Loulé entre 1366 e 1527. Analisam-se nomes registados em fontes notariais, administrativas e fiscais, tendo como foco principal a sua função social. O estudo combina métodos quantitativos e qualitativos, permitindo observar dinâmicas de mudança e permanência na antroponímia local. São comparados os nomes masculinos e femininos, bem como as diferenças entre o centro urbano e as áreas rurais do concelho, e também as especificidades da nobreza local.

Palavras-chave: Loulé, Antroponímia, História Social, estruturas de parentesco, Baixa Idade Média.

Abstract

This work presents the key aspects of the author's MA thesis, which is devoted to the study of naming practices among the Christian population of Loulé between 1366 and 1527. It analyses personal names recorded in notarial, administrative, and fiscal sources, focusing mainly on their social function. The study combines quantitative and qualitative approaches to identify patterns of change and continuity in the local anthroponymy. It compares male and female repertoires, as well as the contrasts between the urban centre and the rural areas of the municipality and the specificities of the local nobility.

Keywords: Loulé, Anthroponymy, Social History, kinship structures, Late Middle Ages.

Introdução

O projeto que aqui apresento, desenvolvido no âmbito da obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização de História Medieval, aborda as práticas antroponímicas da população cristã do concelho de Loulé, no final da Idade Média. Seguindo uma metodologia quantitativa com tradição nos estudos medievais em Portugal e na Europa, procurou-se a Antroponímia como janela para as dinâmicas socioeconómicas e culturais que afetaram a vida de uma pequena comunidade com uma posição bem definida na malha urbana do Algarve.

Antroponímia e Historiografia

*O tema e os conceitos*¹

Os nomes próprios pessoais são uma constante na vida de qualquer ser humano: tanto o seu, que o particulariza e que toma parte na sua identidade, como aqueles que utiliza para se referir aos outros, e que, por vezes, ajuda a definir. Estes não são escolhidos aleatoriamente, como não o são os nomes que escolhemos para designar qualquer outro aspeto da nossa existência: estão ligados a modos de pensar, devoções, modas e heranças culturais². Cumprem funções de identificação e integração social dos indivíduos. Em sociedades que temem o desconhecido e o desenquadrado, os elementos onomásticos tornam-se meios de integração social e são largamente inspirados por essas circunstâncias. Os elementos antroponímicos adaptam-se, por conseguinte, às transformações das estruturas socioeconómicas que condicionam cada grupo que os produz e utiliza³.

Assim, o nome pessoal constitui um objeto de estudo de grande importância, que pode ser inserido nos vários âmbitos da História Social. O estudo da antroponímia tem contributos a dar, por exemplo, para o estudo de tendências migratórias, das

¹ Para tudo o que será dito nesta secção do texto, vejam-se, além das obras citadas em notas de fim de página, Iria Gonçalves, “Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa”, *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, 4 (2009-2010): 93-113; ead., “O nome” in *História da Vida Privada em Portugal.*, dir. de José Mattoso, *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2013), 229-242.

² É quase um lugar-comum, reiterado por diversos autores; veja-se desde logo José Leite de Vasconcelos, “Ensaio de Onomatologia Portuguesa”, *Revista Lusitana* 1 (1887): 45-46.

³ J. A. García de Cortázar, et al., “Introducción” in *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. Pascual Martínez Sopena (Santiago de Compostela; Valladolid: Universidad de Santiago de Compostela; Universidad de Valladolid, 1995), 11 e ss.

relações campo-cidade e entre centros populacionais, estruturas sociais e familiares, entre outras áreas⁴.

Foi na Idade Média que se estruturou grande parte do património onomástico moderno, um pouco por toda a Europa Ocidental. Não se trata Portugal de uma exceção. Aportações dos diversos ocupantes e conquistadores políticos do espaço que atualmente compõe o território nacional construíram o vocabulário antroponímico disponível aos homens e mulheres medievais, que o souberam estruturar à medida das suas necessidades, e ao passo que estas foram evoluindo. Nos séculos XI-XII, a expansão demográfica⁵ traz a necessidade de diferenciar eficazmente um número cada vez maior de indivíduos. Então, de um ponto de partida uninominal, de origem germânica, fixa-se um sistema a dois nomes, processo que tomou o nome, na historiografia, de “revolução antroponímica”⁶, e que permaneceu funcional, no seu equilíbrio entre concisão e funcionalidade, bem entrados os séculos modernos.

Na faixa atlântica da Península Ibérica, o “segundo nome” com mais expressão nestes tempos é o patronímico: a repetição do nome próprio paterno a seguir ao do filho ou filha, declinado, ou não, num caso genitivo⁷. É o nome mais enraizado desta área geográfica, quase sempre necessário à identificação, nunca sendo substituído de forma esmagadora, ao longo da cronologia, por um de diferente tipo. Nome, na verdade, comum a toda a Europa Ocidental, a determinado momento da sua história:

⁴ Por todos, veja-se Christiane Klapisch-Zuber, “Quel Moyen Âge pour le nom?” in *L’anthroponymie, document de l’histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international «Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne»* (Rome, 6-8 octobre 1994), dir. Monique Bourin, Jean-Marie Martin, François Menant (Rome: École Française de Rome, 1996), 473-480. www.persee.fr/issue/efr_0223-5099_1996_act_226_1.

⁵ Para uma visão sobre este fenómeno, pode ser visto, e.g., Chris Wickham, *Medieval Europe* (New Haven: Yale University Press, 2016), 121-140 ou Wim Blockmans, Peter Hoppenbrouwers, *Introduction to Medieval Europe (300-1500)* (2.^a ed., London & New York: Routledge, 2014), 129-153.

⁶ O conceito é, naturalmente, muito problematizável, mas permanece operativo, tendo presente os diferentes ritmos que esta assume em diferentes regiões da Europa. Veja-se maximamente Monique Bourin, “Bilan de l’enquête: de la Picardie au Portugal, l’apparition du système anthroponymique à deux éléments et ses nuances régionales” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, I, ed. Monique Bourin (Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 1990), 233-246. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16321>.

⁷ Pode mesmo ter sido originado de um caso pré-latino com a função específica de filiação. Vejam-se Joseph-Maria Piel, “Sobre os Apelidos Portugueses do tipo patronímico em -ICI/-ES (Rodrigues)”, *Boletim de Filologia XXI* (1958), 167-175; Maria Valentina Garcia Ferreira, “Ainda os patronímicos ibéricos”, in *Actas do 6.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1991), 93-104; Iria Gonçalves, “Do uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, I, ed. Mário Jorge Barroca (Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999), 347-363; Júlío Diéguez Gonzalez, *De «Lopez» a «Lopes»: A consoante final dos apelidos procedentes de patronímicos* (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2013).

que, nos contextos buliçosos e marcadamente urbanos do Midi francês e da Catalunha, se fossilizou, passando a ser transmitido de pai para filhos cerca do século XII; que, na Europa “das margens” (no leste europeu, no país de Gales, nos países nórdicos...⁸), rural e menos dinâmica, permaneceu em uso em tempos hodiernos; e que em Portugal e na Galiza se manteve generalizadamente funcional até meados do século XVI, num processo mais ou menos obscurecido nas suas causas e mecanismos específicos que nunca tem deixado de intrigar os seus estudiosos⁹.

A necessidade de identificar plenamente os seus diferentes elementos – crescente, conforme crescem também os centros populacionais e, por isso, as homonímias –, bem como de os integrar socialmente, leva as comunidades a adicionar a esse sistema binomial um outro nome, tomando como inspiração ora a posição do indivíduo no tecido produtivo local, ora a sua origem geográfica (tratando-se de um imigrante), ora uma característica física ou moral que o distinguisse; a estas designações, atribuímos o nome genérico de apodo.

Mas nome pessoal, na Idade Média, não é uma realidade fixa. Mutável, sempre em busca de soluções para os problemas com que se deparavam indivíduos e comunidades, sem obedecer a regras ou a um registo oficial, a ele se retiram ou adicionam elementos conforme as necessidades sentidas pelo grupo. Pode gerar, assim, em momentos diferentes, formas antroponímicas distintas para uma mesma pessoa. Os vários elementos do nome podem ser omitidos; podem ainda substituir-se entre si. E não são raras as vezes em que vêm acompanhados de adjunções nominais que melhor esclarecem a identidade que se procura fixar, invocando realidades como a família, a morada ou a função social¹⁰. Adjunções essas que são escolhidas conforme forem mais úteis, no momento em que são invocadas; mas que, se a sua utilização para determinado indivíduo se torna muito corrente na língua do povo, podem dar origem a antropónimos estáveis.

⁸ A bibliografia que recolhi sobre estes espaços não é abundante, mas veja-se, para o caso galês, Donald Moore, “The indexing of Welsh personal names”, *The Indexer* 29-2 (Junho de 2011): C8-C10. <https://doi.org/10.3828/indexer.2011.26>, e, para o caso islandês, Kendra Wilson, “A 150-Year Debate over Surnames vs. Patronymics in Iceland”, *Genealogy* 7, nº4 (2023), art. 85. <https://doi.org/10.3390/genealogy7040085>.

⁹ Vejam-se Iria Gonçalves, “Do uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa”; Júlio Diéguez Gonzalez, *De «Lopez» a «Lopes»*.

¹⁰ Estes elementos foram abordados, em Portugal, nomeadamente, em Iria Gonçalves, “Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média”, *Medievalista* [Online] 5 (2008). <https://doi.org/10.4000/medievalista.6398>; ead., *Maria, Catarina e Tantas Outras* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2013), 137-166.

Enquadramento historiográfico

A Antroponímia é disciplina originária na Linguística e na Filologia, assentando o seu estudo, em Portugal, na obra pioneira de José Leite de Vasconcelos¹¹. Em *Antroponímia portuguesa*, este autor abordou longamente os fenómenos da onomástica pessoal; como o próprio refere, “conquanto fundamentalmente glotológico, procurou o autor dar, conforme pôde, base histórica”¹² ao seu trabalho, abordando não apenas a origem etimológica ou a evolução linguística dos nomes, mas também registar as mutações com que se deparou, ao longo da História, e os aspetos sociais e históricos que as fundamentaram.

A abrangência e profundidade do trabalho de Leite de Vasconcelos fizeram dele uma referência obrigatória, servindo de base teórica e conceptual para quase todos os estudos posteriores, mas inibindo, ao mesmo tempo, muitos autores de se debruçarem sobre o tema¹³. O campo viu surgir investigações filológicas e linguísticas pontuais durante o início do século XX¹⁴, embora em número inferior aos dedicados à toponímia. A necessidade de um grande projeto colaborativo, sistemático, para o estudo do tesouro onomástico português foi sugerido por autores como Amadeu Ferraz de Carvalho¹⁵ – um projeto que, apesar das aspirações, nunca se concretizou como pretendido. No segundo quartel do século, destacou-se o trabalho do romаниsta alemão Joseph-Maria Piel, pela sua abordagem à influência germânica na onomástica do Noroeste peninsular¹⁶, além de outros trabalhos que desenvolveu.

Sendo a Idade Média a época em que, em grande parte, se estabelece o sistema

¹¹ É responsável mesmo pela introdução do tema no país: José Leite de Vasconcelos, “Ensaio de Onomatologia Portuguesa”, *Revista Lusitana* I (1887-1889): 240-245.

¹² Id., *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a idade-média até hoje* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1928), 21.

¹³ Ivo Castro, “A investigação antroponímica em Portugal”, in *Actes du 1er. Colloque du Dictionnaire Historique des Noms de Famille Romains* (Trèves, 1987) (Tübingen, 1990), 10-13. https://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1987_Antroponmia_em_Portugal.pdf.

¹⁴ Autores como António Augusto de Cortesão, Pedro de Azevedo, Manuel de Paiva Boléo, entre outros, além do próprio José Leite de Vasconcelos; cf. id., *Opúsculos*, III: *Onomatologia*, série I: “Nomes pessoais (= Antroponímia)” (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931).

¹⁵ Amadeu Ferraz de Carvalho, “Da actual feição da antroponímia portuguesa. Proposta dum inquérito onomástico”, *BIBLOS* III-7 e 8 (1927): 19; id., “Contribuição para o estudo da antroponímia portuguesa. Três épocas nos nomes de habitantes dum concelho da Beira – Besteiros, hoje Tondela” in *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso da Ciência*, Tomo VIII (Lisboa, 1950), 152.

¹⁶ Alguns dos mais relevantes: Joseph-Maria Piel, “Nomes de possessores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa”, *Biblos* XXIII (1947): 283-407; id., “Sobre os Apelidos Portugueses do tipo patronímico em -ICI/-ES (Rodrigues)”; id., “Antroponímia Germânica da Península Ibérica”, in *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989), 129-147.

onomástico contemporâneo, a Antroponímia foi captando o interesse dos historiadores, especialmente medievalistas, com maior ou menor dedicação, um pouco por toda a Europa. Em Portugal, foi Iria Gonçalves quem primeiro abordou com interesse historiográfico este tema de investigação, desenvolvendo, ao longo de mais de cinquenta anos de trabalho, uma metodologia própria, assente numa forte base quantitativa. Trata-se de um esforço sistemático, em grande medida isolado – pelo menos no afincamento, no rigor e na amplitude temática que lhe aplicou¹⁷ –, ainda que outros autores lhe tenham vindo a dedicar algumas páginas¹⁸.

Orientação metodológica distinta, centrada sobretudo na leitura das redes de sociabilidade reveladas pela onomástica pessoal, têm a dissertação de mestrado e a tese de Doutoramento de Isabel Madureira Franco¹⁹, onde se privilegia a interpretação prosopográfica dos dados antroponímicos, numa perspetiva essencialmente qualitativa e, influenciada pelos métodos da sociologia, menos voltada para a análise diacrónica.

A antroponímia portuguesa foi também foco de estudo de Robert Durand²⁰, autor inserido num projeto colaborativo de grande envergadura que publicou seis

¹⁷ A esta autora se devem nomeadamente os dois principais esforços de sistematização do tema em foco, ambos já citados: Iria Gonçalves, “Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa”; ead., “O nome”. Vejam-se ainda, entre outros, os primeiros que desenvolveu nesta área: ead., “Amostra de antroponímia alentejana do século XV”, *Do Tempo e da História* IV (1971): 173–212; ead., “Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média”, *Do Tempo e da História* V (1972): 159–200, e outras obras que cito acima e mais adiante.

¹⁸ Destaco sobretudo Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, “A onomástica, o indivíduo e o grupo”, *Arquipélago – História*, 2.ª série, VII (2003): 229-242; ead., “Antroponímia fronteiriça minhota no século XIII” in *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata, Luís Krus (Lisboa: Caleidoscópio, 2009), 563-569; Marco Liberato, “Antroponímia do concelho de Torres Novas nos finais da Idade Média”, *Nova Augusta. Revista de Cultura do Município de Torres Novas* 18 (2006): 11-37; Margarida Paes Leme, “Onomástica cortesã no século XV. Os moradores da casa real”, *Signum*, 12-2 (2011): 243-264. https://www.academia.edu/10815958/Onom%C3%A1stica_cortes%C3%A3_no_s%C3%A9culo_XV_os_Moradores_da_Casa_Real.

¹⁹ Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, “O Couto de Santo Tirso 1432-1516: antroponímia e socialidade” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1995); ead., “Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)” (Tese de Doutoramento em História - Área do Conhecimento em Idade Média, Universidade do Minho, 2006).

²⁰ Robert Durand, “Données anthroponymiques du Livro Preto de la Cathédrale de Coïmbre” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, I. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16315>; id., “Trois siècles de dénomination aristocratique portugaise d’après la littérature généalogique” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, III: *Enquêtes généalogiques et données prosopographiques*, ed. Monique Bourin, Pascal Chareille (Paris: Presses universitaires François-Rabelais, 1995). <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16855>; id., “Dénomination d’esclaves au Portugal (fin ix^e-début x^e siècle)”, in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, V-1: *Intégration et exclusion sociale*,

volumes de artigos de vários autores, a partir dos anos de 1990, em França, sob o título comum de *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*²¹. É a base quantitativa e a modelação estatística dos dados que orientam, na sua base, este projeto, ainda que não dispense, na sua grande dispersão de estudos e autores, outras metodologias²². Cada volume oferece conclusões de elevado valor sistemático, embora, para a aplicação ao contexto português, se deva ter em conta o predomínio dos estudos sobre os centros da Europa (a França meridional, principalmente, bem como a Catalunha), com os vieses que isso por vezes implica.

Também em Espanha se desenvolveu um projeto semelhante, resultando na coleção de vários estudos de caso sobre a Península Ibérica (particularmente, a Norte), cerca dos séculos XI a XIII²³. Coube, também aqui, a Robert Durand a abordagem a um espaço do território nacional²⁴.

Não pretendendo esgotar toda a literatura produzida, sobretudo internacionalmente, ficam abordados, ainda assim, os principais autores e projetos que orientaram, em grande parte, o meu estudo²⁵. Especial foco deve ser reforçado na metodologia que foi sendo desenvolvida pela autora já por diversas vezes citada: Iria Gonçalves²⁶.

lectures anthroponymiques, ed. Monique Bourin, Pascal Chareille (Paris: Presses universitaires François-Rabelais, 2002). <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16546>.

²¹ Veja-se o primeiro dos seus seis volumes, por várias vezes já citado: Monique Bourin ed., *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, I. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16225>.

²² Os seus tomos III e IV, por exemplo, têm como foco o tratamento de dados antroponímicos derivados da prosopografia e genealogia (Monique Bourin, Pascal Chareille, eds., *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, t. 3: *Enquêtes généalogiques et données prosopographiques*) e os discursos literários sobre o nome (Patrice Beck ed., *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, IV: *Discours sur le nom* [Paris: Presses universitaires François-Rabelais, 1997]. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16420>).

²³ Pascual Martínez Sopena, coord., *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX-XIII* (Santiago de Compostela/Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid, 1995).

²⁴ Robert Durand, “Le système anthroponymique portugais (région du Bas-Douro) du Xe au XIIIe siècle” in *Antroponimia y sociedad*, 103-120.

²⁵ Note-se a circunstância de me não ter sido possível aceder a algumas das obras mais recentes publicadas internacionalmente. como é o caso de Monique Bourin, Pascual Martínez Sopena eds., *Anthroponymie et migrations dans la chrétienté médiévale* (Madrid: Casa de Velázquez, 2010); Monique Bourin, Pascal Chareille, *Noms, prénoms, surnoms au Moyen Age* (Paris: Picard, 2014); mas também a alguns trabalhos fundadores da disciplina, como Karl Michaëlsson, *Études sur les noms de personne français d'après l'hes rôles de taille parisienne (1222 – 1313)* (Upsala, 1927).

²⁶ Vêm mais bem explicitadas as dificuldades e desafios da recolha de dados desta natureza em Iria Gonçalves, “O nome próprio masculino no extremo norte de Portugal”, *Biblos* 77 (2001): 79-86; e ead., *Maria, Catarina e Tantas Outras*, 13-34.

Que Idade Média através dos nomes?²⁷: um contributo louletano

Fontes e recolha de dados: desafios e soluções

O concelho de Loulé revelou-se especialmente adequado para este estudo de caso. Por um lado, dispõe de um acervo documental municipal exceccionalmente rico, o que permitiu reunir um volume de dados suficiente para o tratamento estatístico diacrónico dos elementos onomásticos, mas, ainda assim, controlável. Por outro lado, e por esse mesmo motivo, trata-se de um território bem conhecido no panorama medievista nacional – nomeadamente através da monografia de Maria de Fátima Botão²⁸, mas também em vários outros trabalhos²⁹ –, enquadrado numa região igualmente bem conhecida dos estudos medievais³⁰.

A cronologia foi definida durante a fase de exploração das fontes: o limite inferior ficou fixado a partir do momento em que a informação se torna satisfatória para o seu tratamento estatístico, no final do século XIV. Tendo ainda em conta a divisão da cronologia em cinco segmentos menores, para permitir a sua análise comparativa, fixou-se o ano de 1366. Como limite superior, estabeleceu-se o último ano para o qual existem fontes já editadas, 1527. Inicialmente, hesitei quanto à inclusão do início do século XVI neste estudo, atendendo às profundas transformações que então se

²⁷ Ecoando a pergunta de Christiane Klapisch-Zuber, “Quel Moyen Âge pour le nom?”, no artigo com esse nome, já citado.

²⁸ Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009).

²⁹ São inúmeros os trabalhos dedicados a Loulé, dada a reconhecida riqueza do seu arquivo municipal. Veja-se, por exemplo, A. H. de Oliveira Marques, “Para a história do concelho de Loulé na Idade Média” in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa* (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 154-170; ou os volumes já publicados das actas dos Encontros de História de Loulé, iniciativa em que muito se tem dado a conhecer sobre este território e cronologia; a sua primeira edição: Nelson Vaquinhas ed., *Atas do I Encontro de História de Loulé* (Loulé: Câmara Municipal de Loulé; Arquivo Municipal de Loulé, 2018).

³⁰ Veja-se sobretudo Gonçalo Melo da Silva, “As portas do mar Oceano: vilas e cidades portuárias algarvias na Idade Média (1249 1521)” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2021), mas também os vários títulos que lhe dedicou Alberto Iria (de entre eles, maximamente, *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II de *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, ed. João Martins da Silva Marques [Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956]), e os capítulos dedicados à Idade Média da obra: Maria da Graça Maia Marques coord., *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (Elementos para a sua história)* (Lisboa: Edições Colibri, 1999), entre tantos outros. Não posso deixar de citar, para o período subsequente, a extensa obra de Joaquim Romero Magalhães: entre outros, *O Algarve Económico, 1600-1773* (Lisboa, Editorial Estampa, 1988) e *O Algarve na Época Moderna* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012).

observam no sistema antroponímico³¹; contudo, essas reservas foram ultrapassadas no decurso do trabalho, constatando-se o contributo notável que a riqueza quantitativa e qualitativa da documentação desse período lhe proviria.

O ponto principal do processo é a constituição de um ficheiro com o maior número possível de indivíduos associados à área geográfica que se pretende analisar; isto é, neste caso, indivíduos residentes no território do concelho de Loulé. O tamanho dos *corpora* estudados varia muito em estudos semelhantes. Quanto mais limitado, menos fiáveis serão as tendências verificadas. Nos trabalhos mais robustos, rondam normalmente os vários milhares de indivíduos (chegando mesmo à dezena e meia de milhar, em *Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos*³²).

Surgem, assim, duas questões. A primeira é que seria virtualmente inatingível este objetivo se fosse necessário, ao mesmo tempo, a leitura paleográfica das fontes e respetiva revisão e crítica. Assim, o ficheiro que orienta o meu trabalho é constituído por informação recolhida apenas em fontes já transcritas³³. A segunda questão decorre também da anterior: há que aproveitar o máximo possível de fontes, de origens e tipologias diversas, sacrificando-se para isso a homogeneidade e maior segurança do uso de um só tipo documental.

Os resultados de um estudo desta natureza dependem, em grande parte, do uso de edições seguras, de confiança. Para isso, foi identificada extensa documentação concelhia já publicada, como as *Actas de vereação de Loulé* (3 volumes)³⁴, o seu *Fundo dos Órfãos*³⁵, *Livros de Receita e Despesa*³⁶ e *Livros da repartição e do pagamento da Fruta*³⁷. As referências recolhidas nestes serão complementadas por menções nas

³¹ Isto é: a diversificação onomástica, a fossilização do patronímico ibérico e o avanço dos nomes de família.

³² *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 2ª série, 79–80 (1973-1974).

³³ Cf. “Entrevista [a Iria Gonçalves, conduzida por Amélia Aguiar, Andrade, Maria do Rosário Themudo Barata, Hermenegildo Fernandes e Luís Krus]” in *Olhares sobre a História*, 38.

³⁴ Manuel Pedro Serra coord., *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV e XV*, sup. de *Al’-Ulyã*, 7 (1999-2000); id., *Actas de vereação de Loulé. Século XV*, sup. de *Al’ Ulyã*, 10 (2004). Luís Miguel Duarte coord., *Actas de vereação de Loulé. Século XVI. 1522-1527*, sup. de *Al’-Ulyã*, 14 (2014).

³⁵ Maria de Fátima Machado transc., *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI* (Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2016).

³⁶ Gonçalo Melo da Silva, coord., *Livros de Receita e Despesa de Loulé* (Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 2022).

³⁷ Luís Miguel Duarte, “O “Livro da Repartição da Fruta” de Loulé de 1450”, *Al-Úlyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 20 (2018): 79-98; Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II de *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, ed. João Martins da Silva Marques (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956), 449-476.

*Chancelarias*³⁸ e *Cortes portuguesas*³⁹, bem como documentos avulsos recolhidos nos *Monumenta Henricina*⁴⁰ e em coletâneas do mesmo teor⁴¹.

Foi descartada, para este efeito, a recente edição dos *Documentos do Cartório da Câmara de Loulé transcritos por Fr. Joaquim de Santo Agostinho*⁴². Qualquer transcrição paleográfica está sujeita a falhas, o que é potenciado, neste caso, por ter passado por dois transcritores diferentes. Uma análise preliminar revelou alguns erros que comprometeram a minha confiança na sua verosimilhança em relação aos originais medievais⁴³.

Escolhidas as fontes, recolhem-se os nomes dos indivíduos nelas referidos, excluindo as personagens arredadas da realidade geográfica em estudo: reis, oficiais de nível superior e outros indivíduos que claramente não residissem em Loulé⁴⁴.

As homonímias são muito comuns na Idade Média, dada a condensação do repertório onomástico que se verifica ao longo do período; por outro lado, é um sistema aberto, a que se acrescentam ou retiram elementos conforme querido ou necessário. Por isso, todos os dados relevantes para o esclarecimento das identidades e individualização dos seres humanos em estudo foram recolhidos: locais de origem e moradia, onde possui propriedade, relações familiares, cargos, profissões,

³⁸ *Chancelarias portuguesas: D. João I*, I – 1 e 2; II; III – 2 e 3; e IV – 1, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2004-2006); *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, I – 2; e III, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1999-2002).

³⁹ *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando*, I: 1367-1383, ed. A. H. de Oliveira Marques, João Paulo Salvado, Nuno José Pizarro Pinto Dias (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos, 1990-1993); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V*, 3 vols, ed. João José Alves Dias, Pedro Pinto (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2014); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I*, I: 1498, e III: 1502, org. João José Alves Dias (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos, 2001-2002); Carlos Silva Moura, transc., “Traslado de carta de D. Afonso V com a resposta a agravos enviados à corte pela Câmara de Loulé (1448)”, *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática* 6 (2018): 109-111.

⁴⁰ *Monumenta Henricina*, VI-VII, ed. António J. Dias Dinis (Coimbra: Atlântida, 1964 e 1965).

⁴¹ *Documentos inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, ed. P. M. Laranjo Coelho (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1943) *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*, I, *Suplemento ao volume I* e II-2, ed. e pref. João Martins da Silva Marques (Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944-1956).

⁴² *Documentos do Cartório da Câmara de Loulé transcritos por Fr. Joaquim de Santo Agostinho*, transc. Maria do Rosário Barbosa Morujão (Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 2024).

⁴³ Erros de transcrição que poderiam ser menos relevantes, não se tratando de um trabalho sobre onomástica.

⁴⁴ J. A. García de Cortázar, et al., “Conclusión”, 14.

carreiras.... Os casos duvidosos foram eliminados⁴⁵, sendo preferida a diminuição da base de dados à sua desvirtuação, dentro do que seja possível controlar.

A diferentes pontos da análise, foi útil o registo de diferentes realidades. Se a perspectiva do indivíduo é útil no estabelecimento de identidades e na abordagem a cada um dos elementos constitutivos do nome, por outro lado, as diferentes formas antropónicas que usam, independente da pessoa a quem estas se referem, interessam para a abordagem do sistema em uso; isto é, na avaliação das relações estabelecidas entre cada um dos elementos do nome. O ficheiro foi estabelecido, assim, com ambas as vertentes em mente.

Um segundo momento foi o da quantificação. Constituído e revisto o ficheiro, através do MS Word, seguiu-se a transferência das variáveis em estudo para folhas de cálculo no MS Excel, procedendo-se à sua contagem e à produção de indicadores estatísticos.

Ciente da existência de ferramentas mais eficientes, que permitiriam sistematizar melhor o processo de registo e contagem da informação recolhida⁴⁶, o método descrito apresentou, todavia, algumas vantagens. Por um lado, as ferramentas do MS Office são amplamente utilizadas e, por isso, intuitivas, reduzindo a necessidade de configurações ou treino adicionais, bem como de potenciais problemas técnicos ou operacionais – o que foi essencial para desenvolver este trabalho no espaço de tempo disponível para a sua realização. Por outro, a flexibilidade na gestão dos dados: o processador de texto permite, mais facilmente que outras ferramentas de estrutura

⁴⁵ Refiro-me a casos de homonímias não resolvidas, impossíveis de clarificar pelas restantes informações disponibilizadas pelas fontes; por exemplo: Afonso Eanes, homem-bom na vereação de Loulé entre 1401 e 1403 (*Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV e XV*, 73-116), Afonso Eanes, homem do alcaide em 1402 (*ib.*, 90), Afonso Eanes, com cuja propriedade confina com um mato de Maria Esteves (*O Fundo dos Órfãos de Loulé*, 26) e Afonso Eanes, tutor do filho de Estêvão Peres Taful (*ib.*, 66), entre outros casos semelhantes.

⁴⁶ O Nomen foi um *software* utilizado nos projectos de alguma monta que tenho referido: Pascal Chareille, “Chapitre 4. De l’identification des anthroponymes et de la lemmatisation” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, VI: *Le nom, histoire et statistiques*, (Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2008), 83-101, n. 27. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16687>; A. J. García de Cortázar, et al., ob. cit., 14, n. 5. Também o MS Access tem sido utilizado pelos investigadores, como Isabel Maria Alves Pedrosa Franco, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto*. Por outro lado, a base de dados de Judite A. Gonçalves de Freitas, “A antroponímia da oficialidade régia (1367-1481), identidade pessoal e diferenciação social”, in *Estudos em homenagem ao prof. Doutor Martim de Albuquerque* (Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010), 93-95 – foi construída com base no MS Excel. Este *software*, que utilizei num trabalho anterior, em menor escala, tornou confusa, pelo peso da sua estrutura, a primeira fase de recolha e individualização dos antropónimos, razão pela qual procurei a alternativa desenvolvida.

mais rígida, lidar com dados nuançados, bem como notas, comentários e averbamentos decorrentes de uma recolha em fontes muito diversas.

Decidi pela exclusão deste estudo dos grupos étnico-religiosos minoritários⁴⁷. Os modos de nomeação de judeus e muçulmanos, por um lado, exigiriam, para uma análise satisfatória, um enquadramento linguístico e idiomático que ultrapassa a minha formação. Por outro lado, o estudo da sua antroponímia conta com uma tradição menos consolidada em Portugal, sem uma base metodológica e teórica tão desenvolvida como a que existe para a cristã. O mesmo para a onomástica dos escravos: ainda que o repertório que se usa para a sua identificação seja idêntico ao dos seus escravizadores, a atribuição do nome a indivíduos escravizados rege-se por uma lógica diferente da que preside à nomeação de um filho, pelo que a sua inclusão poderia enviesar o objeto da análise⁴⁸. Finalmente, os dados recolhidos nas fontes louletanas referentes a estes três grupos populacionais revelaram-se demasiado escassos e fragmentários para permitir uma abordagem comparável à aplicada ao conjunto cristão.

No final, recolhi um ficheiro composto por um pouco mais de três mil indivíduos. A colheita não foi tão frutífera quanto desejaria, tendo em conta a sua abrangência cronológica, bem como a comparação com alguns dos seus homólogos mais sólidos. É particularmente parca no seu período central, de 1433-1465, onde não atinge os duzentos registos, o que enviesa sobremaneira os resultados desse segmento. Mas foi a colheita possível, tendo sido aproveitadas todas as fontes primárias disponíveis, dentro da orientação metodológica discutida acima.

⁴⁷ Para a onomástica muçulmana, veja-se sobretudo, Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2007), 258-310. Para a antroponímia judaica, ainda que com um objeto menos abrangente, cf. Saul António Gomes, “A antroponímia judaica de Leiria medieval”, *História e Crítica* 13 (1986): 53-58; mesmo não os abordando em perspetiva onomástica, pode ver-se também a recolha prosopográfica de Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. 2 (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984). Pode ainda ser visto José Leite de Vasconcellos, *Antroponímia portuguesa*, 381-421; Francisco José Velozo, “Alguns nomes de Judeus portugueses dos séculos XIII a XV”, *Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa*, XXXIV-273 (1969): 126-140; id., “Alguns nomes muçulmanos portugueses (sécs. XIII a XV)”, *Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa*, XXXIV-280 (1969): 522-526; Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Media: onomástica e fontes documentais”, *Sefarad: Revista de Estudios Hebraicos y Sefardíes* 74-2 (2014): 303-342; mesmo que com uma digressão espacial e metodológica, Abraham I. Laredo, *Les noms des juifs du Maroc. Essai d'onomastique judeo-marocaine*. (Madrid: Consejo Superior De Investigaciones Científicas; Instituto «B. Arias Montano», 1978).

⁴⁸ Veja-se para este grupo populacional José Leite de Vasconcellos, *Antroponímia portuguesa*, 361-380; e Naidea Nunes Nunes, “Os prenomes de escravos na antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV a XVII)” in *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, ed. de Ivo Castro, vol. II (Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1997), 171-178.

Estrutura da análise

A investigação que apresento estrutura-se em seis capítulos, articulados segundo as várias componentes do nome⁴⁹.

No primeiro capítulo, descrevem-se as fontes utilizadas e as condições da sua exploração, discutindo as limitações e potencialidades de cada tipologia documental, as dificuldades de construção do ficheiro e as características sociais da amostra que serviu de base ao estudo.

O capítulo segundo é dedicado ao nome próprio, entendido como o núcleo primário da identificação medieval. É, afinal, este nome que identifica os fiéis perante Deus, que os inscreve, no plano celeste, no Livro da Vida⁵⁰. Neste capítulo examinam-se os processos de atribuição do nome e os critérios sociais que orientavam essa escolha; segue-se a análise do repertório antroponímico louletano e das suas diversas camadas culturais e observam-se dinâmicas de mudança e permanência no léxico dos nomes, destacando-se, ao longo de todo o período, a preponderância do nome João.

O terceiro capítulo incide sobre o nome patronímico, abordando-o tanto na sua função original como marcador de filiação como no processo de desgaste que conduziu à sua progressiva fossilização semântica. Segue-se a análise do apodo, elemento de atribuição exógena ao indivíduo e à sua família, considerando as várias origens possíveis e o modo como essas designações se cristalizaram em apelidos hereditários.

No quinto capítulo, discute-se a articulação entre nome próprio, patronímico e apodo e a forma como a sua interação gerou um sistema de nomeação estável, embora flexível e adaptável a diversas exceções, bem sinalizadas. O sexto capítulo, por sua vez, ocupa-se das expressões complementares de identificação utilizadas quando os elementos onomásticos próprios não bastavam para distinguir ou situar socialmente os indivíduos.

Sempre que as fontes o permitiram, foi dada atenção específica ao ficheiro feminino, sabendo-se, *a priori*, da dificuldade que se reveste o estudo da antroponímia das mulheres⁵¹. Procedeu-se também a comparações do comportamento onomástico

⁴⁹ Veja-se a estrutura de Iria Gonçalves, *Maria, Catarina e Tantas Outras*.

⁵⁰ Entre outros, Iria Gonçalves, “Linhas mestras”, 95 e n. 9; Monique Bourin e Patrice Beck, “Conclusion” in *Genèse médiévale de l’antroponymie moderne*, t. IV, 1997, par. 13. <https://books.openedition.org/pufr/16498>.

⁵¹ As dificuldades do estudo da onomástica feminina foram observadas em muitos estudos congêneres. Cf., por todos, Monique Bourin, “Les difficultés d’une étude de la désignation des femmes” in *Genèse médiévale de l’antroponymie moderne*. t. II-2: Persistances du nom unique,

entre centro – o núcleo urbano muralhado – e áreas progressivamente mais periféricas, nomeadamente o arrabalde e as freguesias rurais de Salir e Boliqueime. Foi ainda realizada uma leitura comparativa entre o conjunto global da amostra e o segmento correspondente à pequena nobreza local.

Sendo um estudo de base marcadamente quantitativa, as análises são acompanhadas por representações gráficas e tabelas que sustentam as inferências apresentadas. Nos apêndices, incluem-se listas integrais de nomes próprios e apodos, concebidas não apenas como suporte para a verificação dos dados recolhidos, mas também como recurso aberto àqueles que pretenderem trabalhá-los em futuras investigações.

Naturalmente, a análise não se limitou ao plano quantitativo. É certo que a contagem dos dados e a produção de índices estatísticos enformou a investigação desenvolvida, permitindo avaliar a força dos fenómenos de concentração e condensação do repertório onomástico, ao nível do nome próprio, a adequação do patronímico e do apodo à identificação individual, a progressão dos nomes de família, entre outros aspetos de um modelo de evolução da antroponímia medieval portuguesa, em Loulé. Todavia, foi o enquadramento destes indicadores pelas dinâmicas sociais e económicas dos séculos XIV e XV que lhes deram significado e que permitiram compreendê-los, nas suas partes e no conjunto.

Entre os aspetos mais importantes na explicação de muitos dos fenómenos visíveis no plano estatístico, incluem-se a evolução do modelo familiar⁵² – este, muito particularmente –, a promoção social das camadas da governança da terra, no culminar da conjuntura revolucionária de 1383-1385⁵³ e a posição de Loulé na malha urbana dos reinos de Portugal e do Algarve⁵⁴. Internamente, as oposições que pude

ed. Monique Bourin, Pascal Chareille. (Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 1992.) <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16749>.

⁵² Veja-se, a este ponto, José Mattoso, “Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média” in *Portugal Medieval. Novas Interpretações* (Lisboa: Instituto Nacional para a Investigação Científica, 1985), 248-251; id., “Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa” in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder* (Lisboa: Editorial Estampa, 1981), 389-417; Leontina Ventura, “A família: o léxico” in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, 98-125.

⁵³ Sobre este assunto, veja-se sobretudo Maria Helena da Cruz Coelho, Joaquim Romero Magalhães, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de história social* (Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008), bem como José Mattoso, “Cavaleiros andantes, a ficção e a realidade” in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, 353-369; Georges Duby, “A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal” in *A Sociedade Cavaleiresca*, trad. Telma Costa (Lisboa: Teorema, 1989), 183-194; id., “Estruturas de parentesco e nobreza no Norte da França nos séculos XI e XII” in *A Sociedade Cavaleiresca*, 133-155.

⁵⁴ Vejam-se, entre outros, Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana* e Gonçalo Melo da Sila, *As portas do mar Oceano*, já citados; para a compreensão das dinâmicas populacionais e sociais, de modo geral, foram úteis A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos*

verificar entre ruralidade e urbanidade, camadas sociais superiores (ascendentes, como visto) e inferiores explicam as diferenças verificadas no plano onomástico. No reverso, as diferenças na antroponímia puderam contribuir para uma caracterização do concelho, no seu todo e nos seus diferentes espaços, estratos socioeconómicos e culturas.

Finalmente, a oposição entre antroponímia feminina e masculina permitiu um breve olhar sobre a condição das mulheres na Loulé tardo-medieval, nos papéis socioeconómicos desempenhados⁵⁵, entre o apagamento da memória escrita e os lampejos da sua identidade que nela se preservaram. Curtos e limitados lampejos, é certo, que impediram uma análise mais profunda, como já indicado.

A terminar

Apesar do que um entendimento aprofundado dos fenómenos antroponímicos significaria para a compreensão das identidades, da vida social dos indivíduos, da sua relação consigo e com os outros, este campo permanece largamente marginalizado na historiografia portuguesa. A investigação que desenvolvi se pretende contribuir para o preenchimento desta lacuna, trata-se, em última análise, de um estudo de caso que beneficiaria de uma comparação mais sistemática com projetos semelhantes, temática e metodologicamente, o que só parcialmente pude fazer. No presente trabalho, procurei sobretudo explicitar os problemas de tal investigação, as soluções que, para o efeito, fui considerando mais eficazes e as potencialidades que, no seu decurso, o estudo da antroponímia a nível local foi evidenciando.

XIV e XV (Lisboa: Editorial Presença, 1987) e João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996).

⁵⁵ Essenciais para a sua compreensão foram os estudos de Iria Gonçalves, *Maria, Catarina e Tantas Outras* e “Notas sobre a identificação social feminina”, já citados, bem como Ana Rodrigues de Oliveira, António Resende de Oliveira, “A mulher” in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, 300-347; Maria Helena da Cruz Coelho, “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas” in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, I: Notas do viver social* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 37-59, e os trabalhos reunidos em Georges Duby, Michelle Perrot coord., *História das Mulheres no Ocidente, 2: A Idade Média*, dir. Christiane Klapisch-Zuber (Porto: Edições Afrontamento, 1990).